

## ANÁLISE DO PROCESSO AVALIATIVO DE ALUNOS POSSIVELMENTE RETIDOS NO FINAL DO PRIMEIRO CICLO (3º ANO)

Raile Cabral Barbosa<sup>1</sup>; Maely Carlos da Silva Curvelo<sup>2</sup>; Alex de Araujo Lima<sup>3</sup>.

Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns; [raile\\_cabral@yahoo.com.br](mailto:raile_cabral@yahoo.com.br)

Universidade Federal Rural de Pernambuco- UAG; [maelycurvelo@hotmail.com](mailto:maelycurvelo@hotmail.com)

Universidade Federal Rural de Pernambuco- UAG; [alexlima\\_gus@hotmail.com](mailto:alexlima_gus@hotmail.com)

**Resumo:** O presente trabalho de pesquisa refere-se a um estudo sobre como se dá o processo de avaliação no fim do primeiro ciclo de alfabetização (3º ano). Estruturamos a discussão refletindo teoricamente sobre o histórico da avaliação no Brasil, partindo de suas características mais conservadoras, para formas mais coerentes de concepções de avaliação. Depois retratamos a avaliação no contexto do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), e por fim, apresentamos os resultados que contemplam a presente pesquisa, levando em consideração a visão dos estudantes sobre a professora, assim como a percepção da professora sobre os estudantes, apresentando isso enquanto um aspecto de extrema relevância no seu ato de avaliar os alunos. Para tanto, buscamos identificar como são avaliadas as crianças retidas ao final do primeiro ciclo do ensino fundamental, e nesse sentido, estabelecemos enquanto objetivos: analisar os critérios/parâmetros avaliativos usados com as crianças que foram retidas ao final do ciclo de alfabetização (3ºano); refletir sobre as concepções pedagógicas usadas para avaliar os alunos que são retidos ao final do ciclo de alfabetização, por possivelmente apresentarem dificuldades de aprendizagem da escrita e leitura; identificar os critérios gerais usados pelos professores para reter os alunos ao final do ciclo alfabetização e identificar a visão da escola sobre estas crianças e como elas percebem essa não aprovação no cotidiano escolar. Os resultados alcançados nos mostram que complexo é o processo avaliativo dos alunos sujeitos de pesquisa, visto o uso de parâmetros bastante distintos por parte da professora para a avaliação das crianças, ou seja, critérios que não focam os direitos de aprendizagens que deveriam ser comuns a todos os alunos.

**Palavras-chave:** Avaliação; Aprendizagem; Alfabetização.

### 1 Introdução

Em função dos aspectos históricos que cernem a educação nacional brasileira, se fez necessária a criação de diferentes políticas que viabilizassem práticas pedagógicas e de formação para alfabetização dos estudantes brasileiros. Dentre estas destacamos a criação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), instituído pela portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, com os objetivos centrais de alfabetizar as crianças em língua portuguesa e matemática, com idade de oito anos, até o fim do primeiro ciclo de alfabetização, ou seja, o terceiro ano do ensino fundamental.

Diante desses apontamentos legais estabelecidos pelo Ministério da Educação, propomos a realização deste artigo a fim de nos aproximarmos do processo de concretização deste decreto nas instituições de ensino brasileira, porém, nos detendo especificamente ao processo de avaliação no final do ciclo de alfabetização, dada a importância do acompanhamento progressivo que

determinará se o estudante está ou não apto para aprovação, ou melhor, dizendo, se está alfabetizado.

Para tanto, buscamos identificar como são avaliadas as crianças retidas ao final do primeiro ciclo do ensino fundamental, e nesse sentido, estabelecemos enquanto objetivos: analisar os critérios/parâmetros avaliativos usados com as crianças que foram retidas ao final do ciclo de alfabetização (3ºano); refletir sobre as concepções pedagógicas usadas para avaliar os alunos que são retidos ao final do ciclo de alfabetização, por possivelmente apresentarem dificuldades de aprendizagem da escrita e leitura; identificar os critérios gerais usados pela professora para reter os alunos ao final do ciclo alfabetização e identificar a visão da escola sobre estas crianças e como elas percebem essa não aprovação no cotidiano escolar.

Para realização desta pesquisa contamos com a colaboração de uma professora do terceiro ano do ensino fundamental e mais cinco alunos que estavam propensos à reprovação no ciclo de alfabetização. Esquematizamos tal pesquisa, a partir de breves levantamentos teóricos que fundamentam a organização e forma de avaliação e desenvolvimento do PNAIC, discutindo avaliação da aprendizagem em seu conceito macro em articulação com a perspectiva apresentada pelo PNAIC, realizando um paralelo entre os parâmetros e a realidade identificada nos discursos apresentados pelos estudantes e a professora.

## **2 Avaliação Escolar: Perspectivas Históricas e Princípios**

Segundo Marchuschi & Suassuna (2007) a avaliação é um processo intrínseco ao contexto escolar, e neste sentido, está diretamente relacionada ao contexto, histórico, social e político que direciona as ações e principais objetivos da instituição escolar. Em função disto, nos é apresentado uma breve trajetória da escola que transita entre o século XIX e XX, e conseqüentemente sua forma de avaliação, que se adequa ao contexto e evolução histórica da instituição escolar.

Todavia, até que os métodos avaliativos redirecionassem seus olhares para outros processos e recursos de avaliação mais humanitários e subjetivos, tais ações se concentravam em testes e exames pelos quais os estudantes eram avaliados. Segundo Chueiri (2008, p. 57), “A ideia de avaliar, não só para medir mudanças comportamentais, mas também a aprendizagem, portanto para quantificar resultados, encontra-se apoiada na racionalidade instrumental preconizada pelo Positivismo”. Em contraponto a essa perspectiva de avaliação conservadora e tradicional, Marchuschi & Suassuna (2007) apresentam a perspectiva de avaliação formativa, tal forma de avaliação, prima pela elaboração de objetivos didáticos e pedagógicos a serem alcançados, e neste

inclui-se a participação efetiva dos estudantes, opinando e contribuindo para os métodos avaliativos que o professor poderá utilizar, e até mesmo modificar, pois se torna necessário a avaliação do próprio professor e suas estratégias de ensino, e reiteram que:

Em uma perspectiva formativa de avaliação, é papel da escola ensinar, favorecendo, por meio de diferentes estratégias, oportunidades de aprendizagem, e avaliar se tais estratégias estão de fato sendo adequadas. Assim, aluno, professor, escola e família são avaliados (o aluno: se está se engajando no processo, se está se esforçando para participar das atividades, se está fazendo as tarefas propostas; o professor: se está adotando boas estratégias didáticas, se utiliza recursos didáticos adequados, se mantém boa relação com os alunos, se está adotando formas de avaliação coerentes com a proposta pedagógica da escola; a escola: se dispõe de espaço adequado, se administra adequadamente os conflitos, se dá apoio ao professor para resolver os problemas de ensino e de aprendizagem, se oferece oportunidades para os professores discutirem sobre as dificuldades; a família: se garante a frequência escolar dos alunos, se incentiva os alunos a participar das atividades escolares; dentre outras dimensões) e os resultados são repensados globalmente, de modo a envolver toda a comunidade na decisão sobre o que fazer para que a aprendizagem ocorra (MARCHUSCHI & SUASSUNA, 2007, p.16).

Observemos que essa perspectiva de avaliação engloba diversos fatores que podem ser condicionantes no desenvolvimento e rendimento escolar da criança, e, portanto, não os separa na construção do processo avaliativo, e busca a partir destes fatores, estabelecer sempre que necessário a modificação das ferramentas de avaliação, e estratégias que favoreçam e garantam o direito de aprendizagem do estudante. Krause (2007) ao realizar e apresentar diferentes discussões teóricas acerca do processo de avaliação escolar, afirma a necessidade de agir mediante o diagnóstico, ou seja, a avaliação tem como um de seus objetivos identificar fatores que estão ou não contribuindo para a aprendizagem daquele estudante, portanto, não basta identificar, é necessário ter alguma ação diante de tais resultados, sobre isto afirma que:

A ideia da avaliação formativa destaca o diagnóstico individualizado e a adaptação da ação pedagógica, visando à aprendizagem de cada um dos alunos, ou seja, é necessário que o professor observe cada indivíduo e direcione suas ações buscando atingir a todos, em suas individualidades, através da utilização de atividades diversificadas e desafiadoras (KRAUSE, 2007, p. 74).

Dentre as perspectivas de avaliação, Chueiri (2008) destaca em função de seus respectivos contextos históricos as seguintes formas de avaliação: examinar para avaliar, que consiste na elaboração e execução de exames inflexíveis e objetivos, nos remetendo à escola tradicional católica que prevalecia no séc. XIX.

Medir para avaliar, pela inferência de testes tecnicistas, que visavam quantificar os resultados, “[...] desconsiderando que a subjetividade do avaliador pode interferir nos resultados de avaliação” (CHUEIRI, 2008, p. 56). Avaliar para classificar e regular, essa perspectiva de avaliação subdivide-se em somativa e formativa, que segundo a autora, não estão necessariamente dissociadas uma da outra, a primeira, baseia-se principalmente no princípio de classificação,

verificando se a cada fim de bimestre, semestre ou ciclo o estudante apreendeu ou não o conteúdo, já a segunda, firma-se na ideia de regulação, de levantamento de informações que possam contribuir para este processo. Por fim, qualificar para avaliar. Essa perspectiva de avaliação é apresentada pela autora, a partir de suas reflexões teóricas como um avanço em função da avaliação quantitativa, pois considera os fatores mais amplos e subjetivos que envolvem o processo avaliativo.

### **3 Avaliação no 1º ciclo de Alfabetização**

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 24 de dezembro de 1996, o ensino fundamental passa a ser constituído por nove anos de duração, redirecionando consigo a estruturação e organização dos currículos e objetivos educacionais.

Ainda neste contexto, em função dos baixos índices de alfabetização identificados principalmente pelas avaliações em larga escala, e números de reprovações escolares nos primeiros anos da alfabetização, foram realizados inúmeros debates a fim de solucionar o problema de alfabetização no Brasil.

Nesta trajetória, criou-se o Pacto nacional de alfabetização na idade certa, que segundo a portaria Nº 867 de 4 de julho de 2012, Art. 5º:

As ações do Pacto têm por objetivos:

- I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;
- II - reduzir a distorção idade-série na Educação Básica;
- III - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores; V - construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental.

Estar alfabetizado até os oito anos de idade, na verdade é apresentado na forma desta portaria como um direito da criança, portanto, entende-se que neste percurso de três anos referentes ao primeiro ciclo, deve-se elaborar e construir estratégias de ensino aprendizagem, de formação continuada e aperfeiçoamento profissional que viabilizem a concretização de tais objetivos na instituição de ensino pública. Ainda na perspectiva de direito da criança, o Ministério da Educação em parceria com outras instituições governamentais, criou um documento que esclarece os desafios, objetivos e sugestões de organização do PNAIC, afirmando que:

Isto pressupõe que o protagonismo das ações esteja centrado nas crianças – seus modos de ser, agir, pensar, expressar-se e aprender, o que exige, necessariamente, que haja a revisão dos espaços e tempos escolares, das propostas pedagógicas, do uso dos materiais, do sistema de avaliação, das ofertas de apoio às crianças com dificuldade, do investimento na formação inicial e continuada dos professores, e nos vários aspectos que direta ou indiretamente influenciam no direito de aprender das crianças. Ressalte-se ainda que as crianças têm o direito de ter acesso a computadores, jogos didáticos, livros de literatura e

livros didáticos de qualidade, para poderem aprender também ao usufruírem de certos instrumentos da sociedade letrada que contribuem para suas aprendizagens. (BRASIL, 2012, p.18).

Em função da garantia desses direitos, percebe-se que se faz necessária e de fundamental importância uma avaliação mais completa e qualitativa da parte do professor para com o seu aluno, remetendo-nos inclusive para formas de avaliação que contemplem o aluno em sua totalidade, buscando meios e estratégias que viabilizem e garantam o direito de aprendizagem da criança. Ainda segundo este documento, a avaliação deve ser formativa e continuada, ocorrendo em todo o ciclo, ou seja, nos três anos de alfabetização, neste sentido, o MEC, compreende que a avaliação no PNAIC, deve assumir o seguinte caráter:

No âmbito da avaliação formativa, que se refere às práticas para promover a aprendizagem de todos os estudantes, ela permite guiar e otimizar aprendizagens em andamento, no processo. Por isto, é uma avaliação tão integrada ao processo de aprendizagem, que dele não se separa. Essa modalidade de avaliação reduz o fracasso que pode ocorrer pelo uso de uma avaliação com fins apenas somativos, quando não há mais tempo para melhorias (BRASIL, 2012, p.31).

A avaliação nesse contexto deve possibilitar o acompanhamento contínuo, e participativo dos estudantes, de sua família e demais contribuinte para o desenvolvimento educacional destes. Apesar de compreendermos que existem nessa trajetória três anos para o aluno ser alfabetizado, torna-se salutar depreender que a cada ano, existem conteúdos e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos estudantes, e, portanto, cada ano será importante e constituirá o conjunto de conhecimentos e desenvolvimento das crianças. Por tratarmos mais especificamente da avaliação em língua portuguesa no primeiro ciclo de alfabetização, nos deteremos às reflexões que cernem e especificam o direito de aprendizagem que devem ser garantidos nesta área.

Dentre estes destacamos alguns destes direitos trazidos pelo MEC, como: realizar trabalhos que contemplem diferentes gêneros textuais e sua apropriação para participação social, ou seja, uma alfabetização na perspectiva de letrar, ter contato com diferentes literaturas, apreensão de rimas, trabalhos voltados para oralidade e discursos de diferentes naturezas, dentre outros.

#### **4 Metodologia**

Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, segundo a perspectiva de Lüdke & André (2012) na qual interessa ao pesquisador a subjetividade que envolve os resultados coletados.

Para tanto, utilizamos enquanto recursos metodológicos a entrevista semiestruturada e a realização de testes projetivos, cada um respectivamente se constituem enquanto flexibilidade de

perguntas, se fazendo ou não necessária a alteração ou inserção de novos questionamentos, e os testes projetivos que correspondem à expressão dos sujeitos acerca de suas apreensões mais internas, e que por vezes se recusam a reconhecer ou não haviam refletidos sobre estas.

Para elaboração desta análise contamos com a colaboração de cinco estudantes do 3º ano do 1º ciclo de alfabetização, os quais para melhor compreensão dos resultados apresentados e preservação de suas identidades, os identificaremos pelos seguintes codinomes: Aluno 1 = Santos, aluno 2 = Silva, aluno 3 = Matias, aluno 4 = Azevedo e aluno 5 = Cabral. Alguns funcionários da escola assim como a professora da turma, contribuíram de forma significativa através das informações coletadas em entrevistas realizadas com estes, ao tratarmos do discurso referente à visão dos funcionários sobre estes estudantes utilizaremos a nomenclatura “Funcionários”, e no caso da docente nos dirigiremos enquanto “Professora”.

## 5 Resultados

### 5.1 Caracterização dos Estudantes sob a perspectiva da Professora e Funcionários da Escola

**Santos** é uma criança que tem onze anos de idade, filho de agricultores e morador da área rural, este é seu primeiro ano nesta escola, e foi identificado como um aluno que falta às vezes, e seus pais nunca procuram informações sobre os resultados de avaliações e nem frequentam as reuniões da escola. Segundo os **Funcionários** (Informação verbal) “é um aluno que interage bem com as crianças, sabe respeitar a fila da merenda, não é agressivo, quase não falta.”. A **Professora** relata que (Informação verbal) “O estudante tem consciência de suas dificuldades e não mede esforços para supera-las, com bastante interesse realiza tudo que lhe é proposto, lê palavras pequenas precisando melhorar na escrita. O educando tem um ótimo comportamento”.

**Silva** tem nove anos de idade é filho de agricultores e órfão de pai, morador da área rural, às vezes falta à escola e teve uma reprovação escolar, seus parentes nunca procuram a escola para se informar sobre seus resultados e avaliações. Os **Funcionários** afirmam que (informação verbal) “É extremamente agressivo com os colegas e demais estudantes, desobediente. Não falta com frequência as aulas”.

**Matias** tem oito anos de idade, às vezes falta à escola, e nunca participa do desenvolvimento das aulas, estuda nesta escola três anos, também filho de agricultores e morador da área rural. Seus pais nunca procuram se informar dos resultados de sua avaliação e às vezes comparecem às reuniões escolares. Os **Funcionários** (informação verbal) informam que **Silva**, é desobediente,

demonstra agressividade não respeita normas de funcionamento da escola chegando atrasado. Falta com frequência.

**Azevedo** tem nove anos de idade é filho de agricultores, é morador da área rural, estuda nesta escola há seis anos e teve uma reprovação, às vezes participa do desenvolvimento das aulas. Seus pais nunca procuram acompanhar os resultados de sua avaliação e às vezes frequentam as reuniões da escola. Os **Funcionários** (informação verbal) complementam que ele é “obediente, não falta com frequência às aulas e possui bom comportamento com colegas e demais alunos e funcionários”. De acordo com a **Professora** (informação verbal) “O estudante **Azevedo** é um aluno participativo e esforçado se encontra em ótimo desenvolvimento em seus estudos conseguindo lê e escrever. O seu comportamento no momento é excelente ao todo”.

**Cabral**, estudante com nove anos de idade filho de agricultores e morador da área rural. Estuda nesta escola há quatro anos, nunca falta às aulas e às vezes participa do desenvolvimento destas, teve uma reprovação. Os **Funcionários**, afirmam que (informação verbal) “Extremamente agressivo, tanto com colegas quanto demais alunos e professores da escola, não falta com frequência às aulas e é muito desobediente”.

Com esta breve caracterização que contempla a visão da professora e de alguns funcionários acerca de cada estudante nos possibilita compreender a subjetividade que pode estar inserida no processo de avaliação desta professora para com seus alunos. Também pudemos identificar que os cinco estudantes têm um contexto não só escolar, mas de um modo de vida rural, com pais agricultores, pouca participação e relação escola e família em comum, porém ressaltamos que não os estamos apresentando ou os fatores envolvidos como fatores determinantes ou que caracterizam os alunos que podem ser reprovados, pelo contrário, temos como pretensão identificar e conhecer esses sujeitos que estão sendo avaliados, sob o olhar principalmente do avaliador.

### ***5.2 Testes Projetivos: A Visão dos Estudantes***

Para tal coleta de dados, nos embasamos principalmente na perspectiva do desenho enquanto linguagem de expressão cultural como nos apresenta Pillar (2012), os testes projetivos tiveram a seguinte sistemática:

Por educativo: em que se pede à criança para representar através do desenho duas pessoas, a que ensina e a que aprende, é necessário propor a criação de um título e que expliquem a situação representada neste desenho, objetivando compreender como a criança concebe e percebe o ato de ensinar.

Eu e os outros: seguindo a mesma sistemática a criança representará no desenho ela e os seus colegas em qualquer ambiente escolar; outros momentos: numa folha dividida em quatro partes, a criança desenhará outros momentos escolhidos de sua vida; relação consigo: a criança representará através de desenho o que mais gosta de fazer na escola.

Propomos oportunizar neste trabalho que a voz dos estudantes seja percebida e receba devida atenção em relação as suas ideias e representações que a escola e seu corpo têm construído para estes, muito se fala na forma de avaliar, em como o professor pensa ou concebe tais ações, suas dificuldades e percepções sobre os estudantes, porém, é de suma importância tentar estreitar e articular as propostas dos professores com as de seus alunos, com as necessidades que estes têm apresentado em decorrência de fatores externos e internos.

No que se refere a representação que o professor tem para estes alunos, apresenta uma breve oscilação em suas expressões faciais, além disso a professora está quase que sempre em posição de destaque.

### **5.3 As Crianças e seus Discursos...**

Em suas respectivas narrativas **Santos** concentrou o seu “gostar” da escola, nas atividades extraclasse, focando nos momentos de recreação, afirma que a professora é boa, que os ensina a escrever, gosta de pintar desenhos e escrever histórias sobre estes, ajudar a professora em pequenas ações como pegar lápis, e realizar contas de adição. No discurso da professora sobre **Santos**, esta deixou muito claro que ele é um estudante com muita dificuldade de escrita, afirma que ele só aceita a ajuda dela, e a obedece com dificuldades, quando questionada sobre a possível reprovação do estudante responde o seguinte:

Assim, é um pouco difícil o caso de **Santos** porque ele consegue ler palavras simples, como por exemplo, mola, sapo, dado, mas pra escrever ele não sabe bem. Ele esquece muito as letras e as vezes até as sílabas, então fica difícil de chegar a uma conclusão sobre **Santos** se vai passar ou não, te juro que não sei falar sobre isso, vou ver o que a diretora diz sobre o caso de Alan. (informação verbal)

Observemos a insegurança identificada na fala da professora, a avaliação não se dá em um processo de acompanhamento, inclusive nem a professora sabe se irá ou não aprova-lo, as informações concretas que esta apresenta sobre o estudante, prevalecem sua postura e comportamento na escola.

**Azevedo** (informação verbal) reforça a ideia dos momentos de brincadeiras e recreação como os melhores da escola, enxerga a professora como a pessoa que ensina e é um pouco brava, essa percepção também está representada em sua atividade diretiva, a professora não apresenta uma



expressão de alegria, e Santos se dirige a professora, com carinho, porém a professora retratada na imagem diz respeito a uma de nossas participantes do projeto desenvolvido na escola.

A **Professora** (informação verbal), por sua vez, afirma que Azevedo se esforça, sua maior dificuldade é concentrar-se nas aulas, por isso ela tem que lhe chamar constantemente atenção, ela tenta dar mais atenção para ver se ele avança mais, ele a respeita, quando “arenga” com seus colegas é compreensível, pois ele está revidando algo que eles já o tem feito. Sobre a possibilidade de reprovação reitera que:

Olha, eu ainda não tenho certeza, mas acho que vai dar “pra” ele passar. Agora no segundo semestre ele melhorou muito, ele avançou e eu nem esperava que fosse acontecer isso. Então eu ainda não sei de certeza, mas acho que vai dar “pra” ele passar, só vou ter certeza agora depois do resultado das provas que eu ainda não corrigi (informação verbal).

Pudemos perceber que a **Professora** tem certa empatia por **Azevedo**, e apesar de suas dificuldades “vai dar pra ele passar”, essa expressão aponta para algo forçado, e que não sabemos se corresponde e preserva o direito de aprendizagem dessa criança. Outro ponto relevante é a apresentação de certo acompanhamento da evolução do estudante, que já não é o caso do aluno **Santos**, porém algo determinante para certifica-la da aprovação ou não é o resultado da prova.

**Cabral** (informação verbal) gosta da escola, pois tem muitos amigos e joga bola. Para ele a professora é boa, os ensina a prender a ler e escrever, sobre as atividades que gosta de fazer, é as de português, mas só as de marcar “x” (alternativas).

Em seu discurso, a **Professora** enfatiza o “mau comportamento”, do aluno assim como de seu pai, de prováveis contatos que ela tenha tido com ele, completa que ele sabe ler, mas que é muito mimado e por isso, ela terá que ter muito “jogo de cintura” com ele. Sobre sua possível reprovação afirmou:

O caso de Gabriel Cabral vai “pra” o conselho de classe, porque ele não sabe fazer produção textual, mas aí ele sabe ler um pouco. Ele sabe mais ler do que escrever, mas no comportamento não tem quem aguente ele não, por isso o caso dele vai “pra” o conselho de classe.

E mais uma vez os critérios de avaliação se tornam confusos e vazios, uma vez que ela se abstém da decisão de aprovar ou não Cabral em função das dificuldades que ela enfrenta de lidar com ele, sem esforço algum para que este aluno assim como o **Santos**, consiga ser aprovado.

**Matias** (informação verbal) apresenta sua visão da escola para além do brincar, apesar de ser em forma mínima fala que gosta, pois estuda, gosta de ler, de brincar, desenhar e ir para festas desenvolvidas na escola. Vê sua professora como uma pessoa boa que não briga, e faz festinhas

para eles, porém em sua atividade diretiva, claramente a professora possui uma postura mais imponente.

Sobre esse estudante a **Professora** afirmou ter muita dificuldade, que é uma criança difícil, e que isso se deve pelo seu contexto familiar, que por “sua falta de interesse” não conseguiu aprender nada. Sobre sua possível reprovação afirmou:

Ele por falta de interesse dele não conseguiu aprender quase nada de português e matemática, ele não conhece o alfabeto inteiro e só sabe problemas matemáticos simples. Pra você ter noção, ele se nega a fazer as atividades e fica só conversando na sala com os colegas, **Matias** só faz o que ele quer e na hora que ele quer.

Não vou dizer que dou muita atenção a ele, porque não tem como numa sala de aula multisseriada como a minha eu dar atenção a todos os alunos. Então, sempre tem aqueles que não fazem quase nada e infelizmente eu tenho que continuar o assunto mesmo assim, afinal a escola me cobra resultados o tempo inteiro (informação verbal).

**Matias**, assim como as demais crianças apresentadas, são crianças com realidades difíceis contextos que não favorecem a aprendizagem e que diante da dificuldade de lidar com a heterogeneidade em sala acabam endossando mais ainda essas dificuldades.

A **Professora** deixa claro que não pode diante de tantos alunos dar atenção suficiente para os que apresentam mais dificuldades, porém constatamos no decorrer dessas entrevistas, que há o estudante com o qual ela tenta ajudar. Então novamente reforça essa ideia de relatividade empática não só na forma de avaliar, como de acompanhar e ensinar esses estudantes.

**Silva** (informação verbal) falou mais especificamente de duas coisas que ele gosta na escola: brincar e escrever letra no quadro, explique que escrever seu próprio nome na lousa é bom, mas que só faz isso quando a professora não está na sala. A professora para ele é boa, porém gosta de brigar com ele, sobre as atividades que gosta de realizar com sua professora afirmou: “Nada, não gosto de nada”.

A **Professora (informação verbal)**, explica que Silva é muito complicado, não se interessa em fazer nenhuma atividade, passa metade da manhã para escrever o cabeçalho e que ele só sabe silabar. Sobre a possível reprovação diz:

Veja bem, **Silva** tem uma falta de interesse muito grande em estudar, o menino além de não ter interesse em aprender, incentiva os outros a não quererem aprender também. Eu ensino mais português e matemática porque minha preocupação é alfabetizar eles, mas ele passa de 08:00 da manhã, horário que entra na sala até a hora do recreio só “pra” fazer o cabeçalho com o nome da escola, dele e meu. Me diga se isso não é um absurdo? E quando eu reclamo ele diz que “tá” nem aí, então um aluno desse que mal silaba não tem como ser aprovado de jeito nenhum (informação verbal).

Esse foi o único dos alunos que a professora confirmou sua retenção de imediato, dentre todos estes apresentados, percebemos que a forma de avaliação fica a desejar, visto que não há critérios pré-estabelecidos pela professora, na verdade muito do que interfere não só na

aprendizagem, mas também na forma como esta avalia, diz respeito ao comportamento e respeito que os alunos têm com a docente. Não identificamos nesse contexto uma avaliação, mas uma verificação, que por sinal é muito subjetiva, carregada de experiências negativas tanto para professora quanto para os estudantes.

O ato de avaliar sob uma perspectiva formativa segundo Marcuschi & Suassuna (2007) deve não só identificar as metas e objetivos que os estudantes alcançaram (que devem ser bem claras por sinal), mas também devem contribuir para que o próprio professor se avalie, e busque novos meios e recursos para contribuir para aprendizagem dos estudantes, além disso, pudemos identificar um ponto crítico nessa avaliação da professora, que a busca por um ideal de aluno, com características necessárias para ser aprovado que na verdade não condizem com a real situação de aprendizagem.

A exemplo disto, podemos remetermo-nos para a decisão da professora em levar um aluno, alfabetizado, porém com algumas dificuldades para o conselho de classe em função de seu comportamento, isso não condiz com os parâmetros de avaliação.

A professora e alunos, ambos em posições extremas na sala de aula, nos remetendo a uma relação de “amor e ódio”, mas que na verdade consiste na dificuldade em lidar com as diferenças, porém, existem muitos fatores preponderantes que pioram a situação. Neste caso, muito se houve da professora: “ele não se interessa”, então deve haver algo a ser feito, algo que os faça se interessar mais pela escola, pelo ensino, participação das atividades. Deve haver um esforço, parceria entre, escola, professor e família, para resguardar o direito de aprendizagem desses estudantes, de uma avaliação justa, e que se dê ao longo do processo de aprendizagem.

## **6 Conclusão**

Partindo dos dados coletados durante esta pesquisa, concluímos que complexo é o processo avaliativo dos alunos sujeitos de pesquisa, visto o uso de parâmetros bastante distintos por parte da professora para a avaliação das crianças, ou seja, critérios que não focam os direitos de aprendizagens que deveriam ser comuns a todos os alunos. Este trabalho nos proporcionou sem dúvida uma aproximação maior com a realidade da avaliação na sala de aula, abriu nossas visões para nos aprofundarmos mais nessa subjetividade de avaliar que tem se estabelecido no contexto educacional. Buscar compreender inclusive qual a relação e a possibilidade desses métodos de avaliação utilizados influir no tão conhecido “fracasso escolar”. Evidenciamos que os documentos oficiais que regem a educação brasileira trazem ideias relevantes, sujeitas a críticas, mas que quando os redirecionamos para o contexto prático, é em muitas circunstâncias descartado.

Notamos inclusive que há até certo ponto apreensões por parte dos professores, que são constantemente cobrados para mostrar resultados numéricos, de número de alunos alfabetizados, essa é uma situação difícil. Porém, achamos interessante reafirmar que o professor não deve se desanimar diante deste cenário, é de suma importância que ele continue a incentivar seus alunos a progredir cada vez mais.

## 7 Referências

- AZEVEDO. G. S. de. Bom Conselho, 03 nov. 2017. 1 arquivo mp3 (30 minutos).  
Entrevista concedida às pesquisadoras: Maely da Silva Curvelo & Raile Cabral Barbosa.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais.** PORTARIA Nº 867, DE 4 DE JULHO DE 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação/MEC; Secretaria de Educação Básica/SEB; Diretoria de Currículos e Educação Integral/DICEI; Coordenação Geral do Ensino Fundamental/COEF. **Elementos conceituais metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental.** Brasília, dezembro, 2012.
- CABRAL. G. S. Bom Conselho, 03 nov. 2017. 1 arquivo mp3 (20 minutos).  
Entrevista concedida às pesquisadoras: Maely da Silva Curvelo & Raile Cabral Barbosa.
- CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. Concepções sobre a avaliação escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 19, n. 39, p. 49-64, 2008.
- FUNCIONÁRIOS. E. M. Bom Conselho, 03 nov. 2017. 1 arquivo mp3 (20 minutos).  
Entrevista concedida às pesquisadoras: Maely da Silva Curvelo & Raile Cabral Barbosa.
- KRAUSE, Helvia Tomaselli. Um possível caminho para a construção de registro da avaliação formativa. **Revista Contrapontos**, v. 7, n. 1, p. 71-90, 2007.
- LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 2012.
- MARCURSCHI, Beth. SUASSUNA, Livia. **Avaliação em língua portuguesa: contribuições para a prática pedagógica.** Organizado por Beth Marcurschi e Livia Suassuna. — 1 Ed., 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MATIAS. J S. Bom Conselho, 03 nov. 2017. 1 arquivo mp3 (21 minutos).  
Entrevista concedida às pesquisadoras: Maely da Silva Curvelo & Raile Cabral Barbosa.
- PILLAR, Analice Dutra. **Desenho e escrita como Sistema de Representação.** 2. ed. Rev. Ampl. – Dados Eletrônicos. – Porto Alegre: Penso, 2012.
- PROFESSORA. I. Bom Conselho, 03 nov. 2017. 1 arquivo mp3 (30 minutos).  
Entrevista concedida às pesquisadoras: Maely da Silva Curvelo & Raile Cabral Barbosa.
- SANTOS. A. B. de. Bom Conselho, 03 nov. 2017. 1 arquivo mp3 (30 minutos).  
Entrevista concedida às pesquisadoras: Maely da Silva Curvelo & Raile Cabral Barbosa.
- SILVA. R. F. de. Bom Conselho, 03 nov. 2017. 1 arquivo mp3 (32 minutos).  
Entrevista concedida às pesquisadoras: Maely da Silva Curvelo & Raile Cabral Barbosa.